

PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO COOPERATIVISTA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Acácio Bento dos Santos ¹
Nelson Vieira da Silva Meirelles ²

RESUMO

A sociedade brasileira é caracterizada pelo grau de desigualdade entre as classes, sendo refletido tanto no âmbito educacional, quanto no profissional. Tamaña dualidade é encontrada em todos os resultados econômicos e sociais do Brasil e no seu ciclo de subdesenvolvimento. O modelo capitalista impede os pequenos produtores/empreendedores desenvolverem seus negócios, que por sinal tem alto grau de falência. Boa parte deste problema é a competição desleal existente no contexto do mercado brasileiro, onde os grandes conseguem escalar produção e reduzir custos encarando as barreiras de mercado, como competição abrupta e altos impostos de forma mais tranquila que os pequenos, que muitas vezes se quer conseguem pagar suas contas básicas. Dentro deste contexto, busca-se algumas alternativas de atuação no mercado que proporcione ao pequeno produtor/empreendedor maior sustentabilidade de negócio para melhoria de sua realidade. Para solução deste problema se tem a aplicação de métodos de economia solidária, a exemplo da dinâmica cooperativista como alternativa ao modelo atual de competição. Nesse contexto o objetivo principal será aplicar uma metodologia de ensino do modelo cooperativista como alternativa ao padrão capitalista atual para atuação dos alunos do curso técnico em agropecuária no mercado de trabalho, outros objetivos são abordar a temática da consciência de classe, investigar a capacidade de compreensão dos discentes sobre seu contexto social e elaborar uma sequência didática para aplicação dos conteúdos sobre o sistema cooperativista. Serão realizados, além de levantamento bibliográfico, entrevistas semi-estruturadas para diagnóstico do grau de entendimento dos discentes sobre o tema do cooperativismo e identificação do público participante da pesquisa, esta pesquisa será de cunho qualitativo através da metodologia de pesquisa ação, com a utilização de metodologias ativas para aplicação da metodologia proposta e seguirá a linha de pesquisa de práticas educativas aos discentes do curso técnico em agropecuária do Instituto Federal de Alagoas, campus Satuba.

Palavras-chave: Abordagem cooperativista, Dualidade e educação, Sequência didática.

INTRODUÇÃO

Por definição, de acordo com o Sistema de Organizações das Cooperativas Brasileiras – OCB, o cooperativismo é:

mais que um modelo de negócios, o cooperativismo é uma filosofia de vida que busca transformar o mundo em um lugar mais justo, feliz, equilibrado e com melhores oportunidades para todos. Um caminho que mostra que é possível unir desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo.

¹ Mestrando do Curso de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica no Programa ProfEPT do Instituto Federal de Alagoas - IFAL, especialista em engenharia da produção pelo Centro Universitário UNNINTER, especialista em Educação Profissional e Tecnológica pelo SENAI/CETIQT e Administrador pelo Centro Universitário Tiradentes – UNIT, acaciobento1@gmail.com;

² Professor orientador: Doutor em Zootecnia e Professor do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFAL), Instituto Federal de Alagoas - IFAL, orientador@email.com.

Apesar do mundo capitalista reconhecer o cooperativismo como um modelo relativamente recente, a cooperação popular é um elemento muito antigo nas relações humanas, desde a pré-história até os tempos atuais (BIALOSKORSKI NETO, 2006, p.21). A humanidade coopera desde suas origens o que fortalece este modelo que com o tempo se torna mais abrangente no mercado mundial e brasileiro.

A lógica cooperativista traz em sua raiz sete valores, os quais sejam, adesão voluntária e livre, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência financeira, educação, formação e informação, intercooperação, e interesse pela comunidade (OCB/AL).

No século XIX o cooperativismo surge como resposta as consequências trazidas pelo capitalismo industrial, como a fome, miséria, penúria e outras chagas que afetavam a classe trabalhadora da época. Mais precisamente em 1832 o movimento cooperativista foi formalizado e alguns princípios foram definidos no congresso de cooperados em Londres, e em 1844 na cidade de Rochdale. Os tecelões redigiram o primeiro estatuto e os princípios que foram determinados os princípios que formam as bases cooperativistas (REISDORFER, 2014).

Considerando a lógica da educação integral este trabalho abordará o ensino do cooperativismo como alternativa no mercado que por sua vez contribuirá para uma formação integral do ser humano. Para formação integral do ser, segundo Marx (1983, apud MACIEL, JACOMELI, BRASILEIRO, 2017), a educação parte de três pilares, quais sejam:

1. Educação intelectual;
2. Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militares;
3. Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais

De acordo com os dados da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB³ existem 282.656,00 agentes produtores pessoas físicas cadastrados e apenas 12.850 pessoas jurídicas, como a maioria das terras estão em mão de grandes produtores, fica perceptível o domínio dos grandes sobre os pequenos. No cenário alagoano isto não é diferente, o qual possui 7.282 agentes produtores cadastrados na CONAD como pessoa física, e em contrapartida possui apenas 335 agentes cadastrados como pessoa jurídica.

Dentro deste cenário desfavorável aos pequenos produtores este trabalho vem refletir acerca das problematizações de como o estudo do sistema cooperativista pode influenciar na

³ A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é uma empresa pública com sede em Brasília, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

visão do aluno do curso técnico em agropecuária para formas alternativas de atuação no mercado? E Também se os conhecimentos sobre cooperativismo podem ajudar a formação integral do aluno como um cidadão consciente?

O mercado tende a ser muito duro com os pequenos produtores dada a sua baixa capacidade para obtenção de recursos, capacitação e inovação, de acordo com o Serviço Nacional de Apoio a Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, a mortalidade de micro e pequenas empresas teve sua maior taxa no ano de 2020, mas a mortalidade empresarial para os pequenos. Em um levantamento desse órgão publicado em um artigo da Agência Brasil por Antônio Claret Guerra (2021) destaca-se que:

“ao analisar a sobrevivência por setor, o levantamento mostrou que a maior taxa de mortalidade é verificada no comércio, onde 30,2% fecham as portas em cinco anos. Na sequência, aparecem indústria de transformação (com 27,3%) e serviços, com 26,6%. As menores taxas de mortalidade estão na indústria extrativa (14,3%) e na agropecuária (18%).”

A sociedade brasileira, de forma estrutural, é consideravelmente dualizada e não consegue sair de seu ciclo de subdesenvolvimento sem jamais conseguir alcançar um patamar de país desenvolvido, permanecendo como um país ao produzir riqueza, esta permanece concentrada, o que impede a melhoria das condições de vida das classes dominadas. Porém esse ciclo de subdesenvolvimento abordado na obra “O Ornitorrinco” atende aos preceitos das classes dominantes e dificulta muito o surgimento de oportunidades para as classes dominadas. Sendo a construção político social do Brasil pensada para o favorecimento de poucos em detrimento da precarização de muitos (OLIVEIRA, 2003).

METODOLOGIA

Esta pesquisa será realizada em uma abordagem de cunho misto, ou seja, qualitativo e quantitativo. A metodologia proposta para a realização desta pesquisa é a pesquisa-ação, por se tratar de aplicação técnica e observações na aplicação do produto educacional para um determinado tema. Na modalidade da pesquisa-ação o pesquisador pode intervir na situação pesquisada participando do conjunto de sujeitos para aprimoramento das práticas aplicadas e pode-se realizar o diagnóstico ao mesmo tempo que é realizada a intervenção (SEVERINO, 2007).

O método da pesquisa-ação será adotado por se tratar de uma intervenção para O'Brien (2003, p. 194 apud RICHARDSON, 2017, p. 330) “a pesquisa ação é um tipo de pesquisa que

procura contribuir tanto nas preocupações práticas das pessoas numa situação-problema imediata quanto para atingir as metas das ciências sociais”. Para apuração dos dados coletados na aplicação do produto educacional adota-se a análise descritiva qualitativa das observações realizadas durante a aplicação do produto educacional, bem como dos materiais produzidos neste processo de aplicação da sequência didática proposta.

REFERENCIAL TEÓRICO

COOPERATIVISMO NO BRASIL

No Brasil a organização das cooperativas é registrada primeiramente em 1907 através do decreto legislativo nº 1.637 de 05 de janeiro do referido ano. Apesar de tardia, pois a mais de quarenta anos já se praticava este tipo de sociedade esta legislação não recebeu a importância devida da sociedade, pois o número de pessoas que aderiram a este modelo era muito pequeno por diversos motivos, desde incompreensão do modelo cooperativista até a existências de cooperativas deturpadas que distanciaram a população através da desconfiança (SILVA, 1945).

O decreto 1.637/1907 não trazia e sua essência os princípios cooperativistas o que dificultava ainda mais o entendimento da verdadeira aplicação do modelo cooperativista, principalmente ao princípio democrático do voto individual. E após diversas tentativas de neutralização dos efeitos negativos da má elaboração do referido decreto, foi postulado em o decreto 22.239 de 19 de dezembro de 1932, que fora pautado dentro dos princípios cooperativistas, porém tal legislação foi substituída em pouco tempo pela lei 23.611 de 20 de dezembro de 1933, firmada como Lei dos Consórcios cooperativos para regulação do sindicalismo cooperativista, que por sua vez foi complementada pelo decreto 24.647 de 1934 para comportar novas modalidades de cooperativas sociais (SILVA, 1945).

A partir deste ponto a organização do sistema cooperativista no Brasil passa a possuir uma maior organização a aos poucos vai ganhando credibilidade. Ainda ocorreram mais alterações na legislação até o Decreto-Lei n. 59, de 21 de novembro de 1966, bem como o Decreto n. 60.597, de 19 de abril de 1967, o quais perduraram até a lei promulgação da lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 que é legislação atual que regulamenta o cooperativismo no Brasil. Além de delimitar os pré-requisitos e condições para formalização de uma cooperativa e instituir seu regime jurídico, a lei 5.764 de 1971 institui o Conselho nacional do cooperativismo como órgão competente para regulamentação da política nacional do

cooperativismo, cabe reforçar que esse organismo já existia na legislação anterior, mas fora reforçado na presente (BRASIL, 1971).

A legislação também institui o órgão para representação do cooperativismo que é a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB e também define que cada unidade federativa deverá possuir uma representação local (BRASIL, 1971).

No Brasil com o decorrer do tempo ocorreu o surgimento de outras instituições que fazem frente a OCB, para um movimento cooperativista mais voltado para o campo da solidariedade, culminando no surgimento da União Nacional das Organizações Cooperativistas e Solidárias - UNICOPAS, que é uma instituição formadas pelas principais centrais do cooperativismo e da economia solidária no Brasil, quais sejam União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES, Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – UNISOL BRASIL, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB e União Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Brasil – UNICATADORES (UNICOPAS, 2023).

O sistema cooperativista, além de ser opção e emancipação do trabalhador, ainda fomenta a criação de novos postos de trabalho e em 2019 foi verificada a existência de 427,5 mil postos de empregos diretos gerados nas cooperativas brasileiras. Alagoas gera 2.160 postos de trabalho formal através das cooperativas (OCB, 2020). No sistema cooperativista existem diversos tipos de cooperativas e praticamente todos os tipos de atividade tem potencial para se tornar uma cooperativa entretanto as cooperativas são divididas em sete principais ramos, quais seja, agropecuário; crédito; transporte; Trabalho, Produção de Bens e Serviços; Saúde; Consumo; e Infra estrutura (OCESP, 2021).

FORMAÇÃO INTEGRAL

Conceitualmente falando, conforme Ciavatta (2014), a “formação integrada significa mais do que uma forma de articulação entre ensino médio e educação profissional.” Na tentativa de uma retomada na sociedade atual a dualidade das classes num sistema capital o entendimento de educação politécnica, de educação omnilateral e de escola unitária dispostas na LDB. A formação do ser humano de forma integral, ocorre quando o processo educativo transpõe as barreiras da formação científica e em paralelo a educação acadêmica e profissional deve ocorrer também a formação do indivíduo (SCHAEFER, 2017).

Pode-se dizer que a integração da educação não se trata de uma mera junção das formas de educação seja básica, técnica, cultural. Isso vai além, trata-se também do entendimento do

ser da sua conjuntura estrutural, de condições culturais sociais, políticas, de maneira holística para utilização do conhecimento (CIAVATTA; RAMOS, 2012a, p.306). A educação integral ultrapassa a ideia de uma formação para o mercado de trabalho.

Um dos grandes empecilhos para uma formação integral do ser humano é a lógica dual da sociedade, onde o foco da formação é a geração de riqueza e o condicionamento do ser humano às exigências do capital o que vai de encontro aos princípios da formação integral (TONET, 2006). Cabe ao processo educacional fomentar a construção do ser humano por completo através da educação integral, ou seja, uma formação em diversos eixos do nosso contexto social, seja pessoal, econômico, social, político, entre outros elementos (SCHAEFER, 2017). Esta questão da dualidade social se destaca quando o tema é a formação integral para todas as pessoas da sociedade, a disparidade entre as possibilidades de formação das classes mais abastadas e das menos favorecidas.

Desde a revolução burguesa é proclamado que todos os são iguais e a partir desta premissa, todos deveriam possuir uma formação integral, porém, como a sociedade é dividida em classes, poucos tem acesso a uma formação integral de fato, a maior parte da população sequer tem acesso a uma educação básica, quem dirá uma educação integral (TONET, 2006). Neste aspecto para alcançar uma escola unitária e integral, Gramsci (2001) “a organização acadêmica deverá ser reorganizada e vivificada de alto a baixo”. É uma realidade muito distante do sistema educacional brasileiro, então podemos inferir que nosso país está precisaria de uma guinada para adentrar nos caminhos da educação integral.

O ENSINO MÉDIO INTEGRADO E A DUALIDADE NA SOCIEDADE

Dada realidade de que a educação é estruturada para atender as demandas do mercado de trabalho dentro da sociedade capitalista, tem-se o desafio de fomentar uma educação onnilateral para transformação da realidade social do sujeito (FRIGOTTO, 2009). Neste sentido a partir do processo educativo pode-se cultivar conhecimentos que tornem a sociedade brasileira menos dual, entretanto os interesses das classes dominantes interferem diretamente neste processo. Conforme Gramsci descreve, o nível de intelectualidade de um Estado pode ser medido objetivamente pelo número de escolas especializadas e também pela sua organização hierarquizada, quanto mais ampla as áreas de conhecimento e seus diversos graus verticais, maior será a intelectualidade da nação (GRAMSCI, 2001). Com uma educação voltada para o atendimento de interesses específicos uma será improvável uma educação onnilateral o que é prejudicial ao desenvolvimento da sociedade como um todo.

Tumolo, Frigotto (2009) destaca que o trabalho só poderia ser balizador da educação caso sua perspectiva não mantivesse o enfoque nos meios produtivos, mas que fosse voltado para emancipação humana. Porém dentro atual contexto social brasileiro torna-se improvável que este enfoque seja adotado por uma educação que é pensada pelas classes dominantes.

Cabe reforçar que a partir de uma retórica conceitual a formação integrada vai muito além do que uma mera articulação entre ensino médio e ensino profissional, mas sim a construção de uma reformulação social onde a disparidade entre as classes seja amenizada com uma educação mais equilibrada entre as partes (CIAVATTA, 2014). Considerando essa realidade quanto maior a amplitude dos conhecimentos acrescentados a disposição do discente contribui para a formação integral do discente e neste sentido o conhecimento acerca do cooperativismo que irá contribuir para um entendimento melhor do mercado no qual eles serão inseridos fará com que a visão dos discentes seja amplificada.

A simples integração entre ensino básico e profissional não garante uma formação integral, principalmente pela classe trabalhadora sempre receber as formações para mão de obra não intelectual e a classe dominante receber uma formação para posições mais “elevadas” na sociedade (CIAVATTA, 2014). Este aspecto contribui muito para manutenção de *status quo* da sociedade brasileira. A reflexão da contribuição da educação profissional no ensino médio integrado pode contribuir muito para formação integral, apesar disto não é o suficiente que se atinja uma formação integral de fato e por isto seria ideal que junto a formação profissional seja apresentada outros elementos que contribuam para formação completa do ser.

O ensino médio é a fase final da educação básica no Brasil e contribui para o objeto da educação básica que é fornecer as pessoas a formação essencial para o exercício da cidadania no país permitindo a continuidade da formação ou entrada direta no mercado de trabalho. As principais bases da educação básica no Brasil estão delineadas pela Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional – LDB e do Plano Nacional de Educação – PNE.

Conceitualmente falando, conforme Ciavatta (2014), a “formação integrada significa mais do que uma forma de articulação entre ensino médio e educação profissional.” Na tentativa de uma retomada na sociedade atual a dualidade das classes num sistema capital o entendimento de educação politécnica, de educação omnilateral e de escola unitária dispostas na LDB. Dessa forma também se busca reforçar a luta da sociedade dual imposta pela sociedade.

Considerando a educação como base fundamental para consolidação da democracia, torna-se necessário um planejamento minucioso para construção de uma sociedade realmente democrática (SANT’ANA, SILVA e LEMOS, 2018). Ainda se referindo a abordagem de Sant’ana, Silva e Lemos (2018):

o modelo de educação dual, imposto aos indivíduos na época, foi objeto críticas e discussões, que levaram à defesa de um projeto educacional de escola unitária, politécnica e omnilateral, por meio de um ensino médio integrado à educação profissional.

Com o advento da LDB a reformulação da educação brasileira é constituída e abrangendo diversos espaços formativos, onde ensino médio é colocado como última etapa da base educacional em busca da superação da dualidade educacional brasileira. E nessa etapa tem-se a oportunidade de tratar de temas que são fundamenais para formação de uma sociedade e de cidadãos mais conscientes de sua realidade. Dentro da visão de uma construção além da abordagem da educação apenas para realização de um determinado trabalho objetiva-se a construção de uma educação integrada onde através do trabalho o ser humano alcance sua emancipação social (SANT'ANA, SILVA e LEMOS, 2018).

Conforme Sant'Ana, Silva e Lemos (2018) “projeto de educação com base na efetivação da escola unitária passa, inicialmente, pela compreensão dos dois sentidos do trabalho: como princípio educativo e como prática social.” Com este entendimento o trabalho passa a ter duas vertentes educacionais, uma voltada para a práxis humana e das questões remuneratórias e da prática de produção (SANT'ANA, SILVA e LEMOS, 2018).

SEQUÊNCIA DIDÁTICA

O produto educacional ser destacado nesta abordagem é Sequência Didática Como o Ensino Cooperativista Na Educação Técnica Profissional: Uma Alternativa Para Crescimento do Pequeno Produtor. Araújo (2013, p. 322-323) corrobora este pensamento quando afirma que “sequência didática é um modo de o professor organizar as atividades de ensino em função de núcleos temáticos e procedimentais”.

Conforme dito por Zabala (1998) “as sequências didáticas, como conjuntos de atividades, nos oferecem uma série de oportunidades comunicativas, mas que por si mesmas não determinam o que constitui a chave de todo ensino”, por este raciocínio percebe-se que as relações são de extrema importância no processo de aprendizagem. Nesta sequência as relações interativas nos espaços deverão ocorrer de forma direta com mediação do professor. O fomento aos debates deve ser uma atitude constante para que as proposições das ideias dos alunos sejam estimuladas.

Ao adotar uma forma de interação construtivista seria uma abordagem mais adequada por parte do docente para uso desta sequência, pois os fundamentos do modo construtivista de ensinar e aprender oferecem diretrizes para direcionar a prática educativa, especificamente ajudando a identificar as formas como as interações educacionais são moldadas na dinâmica de uma turma. (ZABALA, 1998). No uso

de tal abordagem construtivista para que os discentes sejam protagonistas no processo de aprendizagem, afinal, fomentar o comprometimento do discente é um dos objetivos desta sequência.

Para Araújo (2013, p. 322) “o modelo de sequência didática está associado às pesquisas sobre a aquisição da língua escrita através de um trabalho sistemático com gêneros textuais desenvolvidas pelo grupo de Genebra”, o que esclarece que em uma sequência didática, tem-se oportunidade de levar o discente a prática. O objetivo desta sequência não é um mero repasse de informações, e sim fomenta a reflexão acerca do contexto social do discente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo resulta na elaboração de uma Sequência didática para aplicação da abordagem cooperativista, a qual segue conforme etapas descritas no decorrer. Para Zabala (1998) “os tipos de atividades, mas sobretudo sua maneira de se articular, são um dos traços diferenciais que determinam a especificidade de muitas propostas didáticas”. Assim cada etapa desta sequência didática busca a reflexão do aluno para reforçar seu processo de aprendizagem, pois cada etapa está pensada para facilitar a atribuição de significado por parte dos discentes no processo de construção de sua aprendizagem.

Na primeira etapa, a qual visa ampliação da visão de mundo e fomento do debate sobre as relações das classes dominantes e dominadas na conjuntura social brasileira, nesta etapa o professor poderá iniciar o debate com recortes de jornal, revistas ou até mesmo artigos que facilitem a abordagem da realidade de classes no Brasil. É interessante que o discente também busque a contextualização de sua fala com fatos próximos à realidade local para que o discente consiga atribuir mais facilmente um significado ao debate facilitando assim seu processo de reflexão e aprendizagem. Na segunda etapa a abordagem do professor pode utilizar a apostila “introdução ao cooperativismo” que será anexo à dissertação, o qual irá abordar os principais conceitos acerca do tema. O docente também pode buscar outros materiais, para esta abordagem teórica, que reforcem o conteúdo cooperativista. No guia estarão presentes os principais conceitos para uma abordagem direta e objetiva acerca do cooperativismo.

Na etapa três a atividade tem a intenção de aguçar o interesse dos discentes acerca do tema. O professor poderá pedir que os alunos realizem uma pesquisa livre sobre o cooperativismo, ou pode delinear a ação subdividindo as pesquisas em eixos dos temas. Na quarta etapa o intuito da visita técnica é fazer com que os discentes percebam que a teoria abordada na etapa anterior está de fato abordada implantada na prática e que a lógica cooperativista é uma possibilidade real e de fato passa a ser uma alternativa de veras validada

para geração de emprego e distribuição de renda. Na etapa cinco após a realização da visita técnica o docente deve realizar uma rodada de conversa para que os discentes exponham suas percepções. Este cruzamento de informações servirá de alinhamento de ideias para a próxima etapa desta sequência didática.

A etapa seis, a última etapa desta sequência, buscará fazer com que os alunos exponham seus conhecimentos acerca do cooperativismo através de uma feira expositiva, um seminário ou outra forma que for possível para aplicação pelo docente. O ideal é que as exposições sejam sobre cooperativas locais, tanto para facilitar o acesso às informações necessárias, quanto para a valorização dos empreendimentos locais.

Zabala (1998) “a maneira de situar algumas atividades em relação às outras, e não apenas o tipo de tarefa, é um critério que permite realizar algumas identificações ou caracterizações preliminares da forma de ensinar.” Por isto esta sequência didática busca organizar suas atividades de forma que a mediação do professor fique facilitada e a participação dos alunos de forma protagonista. De forma mais específica nas etapas um e dois o docente, preferencialmente, adotará o modelo de grande grupo para perceber que as abordagens iniciais sejam tratadas a todos os participantes.

O processo avaliativo para esta sequência didática pode ser realizado de diversas formas. Tanto de forma virtual como de forma grupal. Conforme dito por Zabala (1998), “a avaliação é considerada como um instrumento sancionador e qualificador, em que o sujeito da avaliação é o aluno e somente o aluno, e o objeto da avaliação são as aprendizagens realizadas segundo certos objetivos mínimos para todos”. Apesar disto é um processo necessário para que o docente perceba o grau de aprendizagem do discente e para que a avaliação possa indicar pontos de melhoria para o processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a análise apresentada sobre a sociedade brasileira, fica evidente a existência de profundas disparidades sociais e econômicas, particularmente no âmbito educacional e profissional. O objetivo de ensinar o cooperativismo como uma alternativa viável ao padrão capitalista atual, principalmente no contexto do curso técnico em agropecuária, revela uma tentativa de transformar não apenas o cenário profissional, mas também a consciência de classe e a compreensão do contexto social dos alunos.

Em resumo, a iniciativa de introduzir o cooperativismo como uma alternativa ao modelo capitalista vigente, especialmente no contexto educacional e profissional, demonstra um

esforço genuíno para mitigar as desigualdades e promover um ambiente mais equitativo e sustentável para os pequenos produtores e empreendedores no Brasil. Com a sequência didática pode ser uma ferramenta com alto potencial de aplicação visto que é adaptável a diversos contextos e realidades a depender do recursos disponíveis aos docentes.

REFERÊNCIAS

_____. **Cooperativismo**. Sistema OCB/AL. Disponível em: <http://ocb-al.coop.br/cooperativismo#>. Acesso em: 07/07/2021.

_____. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2020**. Sistema OCB. Brasília: 2020. Disponível em: https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/100931/1608152662Anuario_2020-vf.pdf. Acesso em: 17/11/2021.

ARAÚJO, Denise Lino. O que é (e como faz) sequência didática?. **Revista de Linguística**. Entrepalavras - Fortaleza - 2013, v.3, n.1, p. 322-334, jan/jul. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321.3.3.1.322-334>. Acesso em: 20/11/2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3ª reimp. da 1ª edição. São Paulo: Almedina Brasil, 2016.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Aspectos econômicos das cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

BRASIL. **LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971: Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm. Acesso em 04/01/022.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado**. In: CALDART, Roseli Saete et al. (Org.). dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012a.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: RAMOS, M. N.; FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Org.). *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CIAVATTA, M. O ENSINO INTEGRADO, A POLITECNIA E A EDUCAÇÃO OMNILATERAL. POR QUE LUTAMOS? / The integrated education, the polytechnic and the omnilateral education. Why do we fight?. **Trabalho & Educação**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 02/0/2021.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. **Portal de Informações Agropecuárias. Agentes da Agropecuária > Dados Cadastrais.** Disponível em: <<https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/dados-cadastrados.html>>. Acesso em: 08/06/2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**. v. 14 n. 40, p. 168-194, jan-abr. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000100014>. Acesso em: 22/06/2021.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere: Os intelectuais, o princípio educativo – Caderno 12.** Ed. 2. Tradução Carlo Nelson Coutinho. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2001.

MACIEL, Antônio Carlos, JACOMELI, Mara Regina Martins, BRASILEIRO, Tânia Suely Azevedo. Fundamentos da Educação Integral Politécnica: Da Teoria à Prática. **Educação e Sociedade Revista de Ciência da Educação**. v. 38 n. 139, p. 473-488, abr-jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260089>. Acesso em: 15/04/2023.

OLIVEIRA, Francisco. A Economia Brasileira: Crítica à razão dualista – O ornitorrinco. 1ª ed. 3ª reimp. São Paulo: Boitempo, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23ª ed. 7ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Luciano Pereira da. O cooperativismo no Brasil. **Revista de Direito Administrativo**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 489–509, 1945. DOI: 10.12660/rda.v2.1945.8575. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/8575>. Acesso em: 4 jan. 2022.

RICHARDSON, Roberto Jarry et alli. Pesquisa Social; Métodos e Técnicas. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

REISDORFER, Vitor Kochhann. **Introdução ao cooperativismo.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2014. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/453446/>. Acesso em: 15/11/2021.

SANT'ANA, Wallace Pereira, SILVA, Hugo Barros, LEMOS, Glen César. **TECNIA – REVISTA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO IFG.** Ensino médio integrado à educação profissional: algumas concepções. v. 3, n. 1. EDITORA IFG: Goiânia-GO. Disponível em: <http://revistas.ifg.edu.br/tecnia/issue/view/7>. Acesso em: 29/06/2021.

TONET, Ivo. Educação e formação humana. **Ideação**. v. 8, n. 9, p. p. 09–21, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/852>. Acesso em: 20/11/2023.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar** [recurso eletrônico]. Tradução: Ernani F. da F. Rosa; revisão técnica: Nalú Farenzena – Porto Alegre: Penso, 2014.